

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

146 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 05 a 09/12/2022

1. CIMEIRA UE - BALCÃS OCIDENTAIS	1
2. ALARGAMENTO DO ESPAÇO SCHENGEN - CROÁCIA, BULGÁRIA E ROMÉLIA	1
3. HUNGRIA - PRR E CONDICIONALIDADE	2
4. OS EUROPEUS MAIS INFLUENTES - POLITICO 28	3
5. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE - COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	4
FEMM	4
6. 9.º PACOTE DE SANÇÕES CONTRA A RÚSSIA	4
7. PREÇO MÁXIMO PETRÓLEO	4
8. PRESIDENTE DO EUROGRUPO - REELEIÇÃO	5
9. CAPITAL EUROPEIA CULTURA - ÉVORA 2027	5
10. COMISSÃO EUROPEIA	5
Reforço Mercado Capitais	5
Pacote Igualdade	6
Fiscalidade e Tributação	6
Relatório anual sobre a Carta dos Direitos Fundamentais	7
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Eurogrupo	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes	7
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	7
Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações	8
Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores sobre Emprego e Política Social	8
Conselho de Justiça e Assuntos Internos	8
Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (Saúde)	8
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
13. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	9

1. CIMEIRA UE - Balcãs Ocidentais

Realizou-se, no dia 6 de dezembro em [Tirana](#), a [Cimeira União Europeia \(UE\) - Balcãs Ocidentais](#), tendo sido aprovada uma declaração final (disponível [aqui](#)).

O resultado final da Cimeira salienta que *“A escalada da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia está a pôr em perigo a paz e a segurança europeias e mundiais e evidencia a importância da parceria estratégica entre a UE e a região dos Balcãs Ocidentais.”*, sendo que *“A UE reitera o seu pleno e inequívoco empenho na perspetiva de adesão dos Balcãs Ocidentais à União Europeia e apela à aceleração do processo de adesão, com base em reformas credíveis por parte dos Parceiros, numa condicionalidade justa e rigorosa e no princípio dos méritos próprios, o que é do nosso interesse mútuo.”*



Por outro lado, considera-se que “Estar ao lado da UE é um sinal claro da orientação estratégica dos Parceiros (...)”, instando-os a *“a progredir de forma rápida e sustentada rumo ao pleno alinhamento com a política externa e de segurança comum (PESC) da UE e a agir em conformidade, inclusive no que diz respeito às medidas restritivas da UE. Saudamos os Parceiros dos Balcãs Ocidentais que atestam já o seu compromisso estratégico neste domínio através do pleno alinhamento com a PESC da UE e incentivamos os Parceiros que ainda não o tenham feito a seguirem este exemplo.”*

Note-se que, no próximo dia 13 de dezembro, o [Conselho de Assuntos Gerais](#) irá debater o [pacote de alargamento](#) apresentado pela Comissão Europeia, sendo que as discussões têm sido marcadas pela recomendação feita no sentido de ser concedido o estatuto oficial de candidato à Bósnia-Herzegovina, o que não parece ser consensual entre os Estados-Membros, como é referido por alguma imprensa europeia (por exemplo, [aqui](#) ou [aqui](#)).

2. ALARGAMENTO DO ESPAÇO SCHENGEN - CROÁCIA, BULGÁRIA E ROMÉLIA

No Conselho de Ministros de Justiça e Assuntos Internos desta semana¹ (detalhe [aqui](#)), os ministros debateram a aplicação integral do acervo de [Schengen](#) na Bulgária, na Croácia e na Roménia e procuraram adotar decisões sobre este assunto, conforme [recomendado](#) pela Comissão Europeia.

¹ Cfr. ponto 11

O Conselho acabou por decidir apenas sobre a plena aplicação do acervo de Schengen na Croácia. A partir de 1 de janeiro de 2023, os controlos de pessoas nas fronteiras internas terrestres e marítimas entre a Croácia e os outros países do espaço Schengen serão levantados. Os controlos nas fronteiras internas aéreas serão abolidos a partir de 26 de março de 2023, dada a necessidade de coincidir com as datas do horário de Verão/Inverno da IATA. A partir de 1 de janeiro de 2023, a Croácia começará também a emitir vistos Schengen e poderá fazer pleno uso do Sistema de Informação Schengen.

Nas últimas semanas, a discussão centrou-se na oposição de alguns Estados-Membros à aplicação do acervo de Schengen à Bulgária e à Roménia nesta fase, nomeadamente da [Áustria](#) e dos Países Baixos.

Na quinta-feira de manhã, o ministro do Interior da Áustria, Gerhard Karner, confirmou que vetaria a inclusão da Roménia e da Bulgária nesta reunião do Conselho, por entender que *“é errado que um sistema que não funciona em muitos lugares deva ser alargado”*. A resistência da Áustria resulta de um aumento acentuado do número de migrantes que chegam através dos Balcãs Ocidentais, argumentando que os números recentes mostram que mais de 77.500 requerentes de asilo pela primeira vez solicitaram protecção internacional na UE em Agosto - mais 11.000 do que no mês anterior e o número mensal mais elevado desde 2016.

Por seu lado, o Primeiro-Ministro neerlandês, Mark Rutte, considerou que a posição do país era de que a Bulgária [ainda não](#) havia cumprido com todos os critérios, tendo proferido algumas declarações que provocaram reações veementes das autoridades búlgaras, incluindo o Presidente e o Procurador-Geral da República (detalhe da notícia [aqui](#)).

Em representação da Presidência checa do Conselho, o Ministro do Interior, Vít Rakušan, declarou a sua satisfação por ter sido durante a Presidência Checa que *“a Croácia pode dar dois passos importantes na sua integração europeia ao aderir tanto ao euro como aos espaços Schengen. Estou confiante que estes sucessos abrirão o caminho a outros Estados-Membros que preencham as condições para dar o próximo passo nas suas viagens europeias, e os meus colegas e eu continuaremos a trabalhar arduamente para assegurar que possamos acolher a Bulgária e a Roménia na família Schengen num futuro próximo.”*

3. HUNGRIA - PRR E CONDICIONALIDADE

Demos nota, na Síntese n.º [145](#), que a Comissão Europeia havia aprovado [o Plano de Recuperação e Resiliência da Hungria](#), após garantias de que as principais metas relativas à independência judicial e proteção do orçamento da UE haviam sido incluídas. A Hungria comprometeu-se com 17 medidas corretivas, bem como com outras reformas do Estado de direito relativas à independência judicial (incluindo um conjunto de 27 metas importantes - «*super milestones*»). Em paralelo, [a avaliação sobre o procedimento de condicionalidade relativamente à Hungria, apresentada pela Comissão Europeia, considerou que, não obstante as medidas tomadas, continua a existir um risco contínuo para o orçamento da UE](#), dado que as medidas corretivas que ainda têm de ser cumpridas são de natureza estrutural e horizontal, mantendo-se **a proposta da Comissão de suspender 65% das autorizações para três programas operacionais no âmbito da política de coesão, no montante de 7,5 mil milhões de euros, bem como a proposta de que nenhum compromisso jurídico pode ser assumido com qualquer fundo de interesse público.**

Porém, no Conselho de Ministros da Economia e Finanças (ECOFIN) desta semana (Cfr. ponto 11), foi [solicitado à Comissão](#) que apresente uma nova avaliação até 9 de dezembro que incida também sobre as medidas adotadas pelo Governo húngaro até 19 de novembro. Note-se que este desenvolvimento se integra no contexto mais amplo das relações entre a Hungria e a UE, representando uma tentativa de compromisso para superar os [vetos que este Estado-Membro tem usado em outros dossiês](#), nomeadamente o apoio financeiro de 18 mil milhões de euros para a

Ucrânia, ou o [acordo sobre a tributação das multinacionais](#) (*global corporate minimum tax*), possivelmente através de uma redução da suspensão do montante de 7,5 mil milhões de euros.

Finalmente, recorde-se que a Hungria precisa de ter o seu Plano de Recuperação e Resiliência aprovado antes de 31 de dezembro de 2022, caso contrário perderá o acesso a cerca de 70% dos 5,8 mil milhões de euros em subvenções previstos.

4. OS EUROPEUS MAIS INFLUENTES - POLITICO 28

O jornal *Politico* elabora anualmente uma lista dos 28 europeus mais influentes, agrupados em diferentes categorias: os [mais poderosos](#); os [fazedores](#) (*doers*); os [sonhadores](#) (*dreamers*) e os [disruptivos](#) (*disrupters*). O evento teve lugar esta semana e está disponível [aqui](#). A metodologia para escolher estas 28 personalidades pode ser consultada [aqui](#).

O Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, foi eleito o europeu mais poderoso do ano e citamos abaixo algumas passagens da fundamentação apresentada para esta escolha (tradução livre):



“A Europa está a mudar. O Continente está a reavaliar as suas relações estratégicas, a levar a sério a defesa, a repensar as políticas de comércio, de adesão e de segurança energética. Em termos gerais, está a repensar o que significa ser europeu - e isso deve-se, em grande parte, ao Presidente da Ucrânia, outrora comediante.

Esta não é a primeira vez nos últimos anos que a Ucrânia foi atacada pela Rússia. O país viu as suas eleições invadidas, os seus fornecimentos de gás cortados, o seu território violado. Mas até ao último assalto do Presidente russo Vladimir Putin, o resto da Europa pouco fez. Houve falsas madrugadas em 2004, quando a Revolução Laranja prometeu um governo pró-europeu, e depois novamente nos protestos da Euromaidan em 2014, que mais uma vez

sinalizaram laços mais estreitos entre a Ucrânia e a Europa - mas estes foram, em grande parte, enfraquecidos.

A razão pela qual as coisas são diferentes desta vez deve-se a Volodymyr Zelenskyy, uma figura em que a Europa não só passou a confiar, mas também a admirar e a seguir - ao contrário dos anteriores presidentes da Ucrânia. Basta olhar para a forma como os líderes europeus atentos às sondagens correm para Kyiv para uma foto com o Presidente de 44 anos de idade, envergando a agora icónica t-shirt verde azeitona.

O que Zelenskyy fez foi convencer o resto da Europa de que o seu futuro está ligado ao da Ucrânia - uma noção em que poucos acreditavam antes da invasão da Rússia em fevereiro. As suas capacidades de comunicação têm sido fundamentais. A sua retórica expõe em termos muito claros a malevolência do regime russo contra o qual ele luta, dissipando grande parte da fé da Europa - particularmente em Berlim e Paris - de que Moscovo pode ser um parceiro. O uso hábil de Zelenskyy dos meios de comunicação social, meios de comunicação tradicionais e instituições culturais ocidentais (como as aparições nos Grammys ou no festival de cinema de Cannes) trouxe a guerra ao Ocidente de forma visceral, convencendo os líderes e o público de que a sua batalha é também a deles.

Isso dá-lhe autoridade para fazer a Europa fazer o que ele quer. Se ele quer armas, consegue-as, mesmo que isso signifique inverter a política de longa data da Alemanha de não as vender. Se quer sanções, consegue-as, mesmo que isso signifique que a Europa atravessa uma crise energética e um inverno duro com preços de gás altíssimos. Quer se trate de sementes, camiões para transportar a produção de cereais da Ucrânia ou de tarifas zero, os pedidos são rapidamente assinados. Conseguiu mesmo quebrar o impasse relativo à adesão do país à União Europeia, que se encontra congelado desde 2013. Em junho, os líderes europeus colocaram a Ucrânia no caminho da adesão.

A liderança de Zelenskyy também significa que quaisquer questões que a Ucrânia tivesse internamente - corrupção generalizada, uma economia fraca, divisões sociais entre falantes ucranianos e russos - estão a ser negligenciadas. A sua reputação como um presidente de guerra de fala simples que combate a boa luta é tudo o que o Ocidente vê neste momento. (...) Enquanto Zelenskyy estiver vivo, ele continuará a mover a Europa na direção que deseja.”

5. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PE - COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

FEMM

Teve lugar no dia 8 de dezembro a [reunião interparlamentar](#), organizada pela Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) do Parlamento Europeu, dedicada ao tema *Convenções de Género*. Nesta reunião, que decorreu em formato virtual, a delegação da Assembleia da República foi constituída pelos Deputados Patrícia Faro (PS), Catarina Rocha Ferreira (PSD) e Bruno Nunes (CH) da Subcomissão para a Igualdade e Não-Discriminação. Da [agenda](#) da reunião constavam dois painéis de debate: o primeiro relativo às políticas anti-assédio, implementação e sanções, e o segundo sobre os planos de ação de género. As discussões entre os oradores convidados, os membros do Parlamento Europeu e os deputados dos Parlamentos nacionais focaram-se sobretudo na necessidade de promoção da igualdade entre homens e mulheres, nas medidas para impulsionar a participação das mulheres na vida política, mercado de trabalho em geral e posições de chefia e direção, o estabelecimento de quotas para esse efeito, a promoção de planos de ação de género e a análise dos seus resultados, assim como a importância da Convenção de Istambul, o trabalho do Conselho da Europa nesta área e a igualdade a partir das políticas orçamentais. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

6. 9.º PACOTE DE SANÇÕES CONTRA A RÚSSIA

A Comissão Europeia apresentou esta semana as propostas para um 9.º pacote de sanções contra a Rússia (declarações da Presidente da Comissão Europeia [aqui](#)), nas quais visa o complexo militar e industrial da Rússia, procurando atingir 169 organizações que fornecem bens que podem contribuir para o reforço tecnológico do setor de defesa e segurança da Rússia.

O texto da [proposta de sanções](#) foi disponibilizado pelo *Político* [aqui](#), bem como no respeitante a organizações de comunicação ([aqui](#)) e indivíduos ([aqui](#)). Estas propostas serão analisadas pelo Conselho na próxima semana.

7. PREÇO MÁXIMO PETRÓLEO

O Conselho decidiu [fixar em 60 dólares americanos por barril o limite máximo do preço do petróleo para o petróleo bruto, óleo de petróleo e de minerais betuminosos originários ou exportados da Rússia](#). O nível do limite máximo tornou-se aplicável a partir de 5 de dezembro de 2022. O Conselho

introduziu, no entanto, uma "cláusula de emergência" que permite o transporte de petróleo para além do preço máximo ou a prestação de assistência técnica, serviços de corretagem, financiamento ou assistência financeira relacionados com o transporte, quando tal seja necessário para a prevenção ou atenuação urgentes de um evento suscetível de ter um impacto grave e significativo na saúde e segurança humanas ou no ambiente, ou em resposta a catástrofes naturais.

8. PRESIDENTE DO EUROGRUPO - REELEIÇÃO

O Eurogrupo (Cfr. ponto 15) reelegeu por consenso Paschal Donohoe, Ministro das Finanças da Irlanda, como [Presidente do Eurogrupo](#), para um segundo mandato de dois anos e meio que terá início a 13 de janeiro de 2023. O Presidente está em funções desde 13 de julho de 2020 (biografia [aqui](#)).

Nos termos do [Protocolo 14 anexo ao Tratado de Lisboa](#), o Eurogrupo é um órgão informal onde os [ministros dos Estados-Membros da zona euro](#) discutem assuntos de interesse comum em relação à partilha do euro como moeda única e centra-se na estreita coordenação das políticas económicas. Normalmente reúne-se uma vez por mês, na véspera da reunião do Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros.

A primeira reunião do Eurogrupo teve lugar a 4 de junho de 1998 no Luxemburgo. O primeiro Presidente do Eurogrupo foi Jean-Claude Juncker (Luxemburgo), que foi sucedido por Jeroen Dijsselbloem (Países Baixos), e Mário Centeno (Portugal), antes de Paschal Donohoe.

9. CAPITAL EUROPEIA CULTURA - ÉVORA 2027

Esta semana, o Painel de Seleção das Capitais Europeias da Cultura anunciou a recomendação de [Évora como Capital Europeia da Cultura 2027](#).

A Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, referiu que: «*Após Lisboa em 1994, o Porto em 2001 e Guimarães em 2012, Évora será a quarta cidade portuguesa a receber o título de Capital Europeia da Cultura, em 2027. Trata-se de uma oportunidade única para que uma cidade e os seus arredores tragam a cultura e a Europa para o centro das suas comunidades. É o momento propício para que os eborenses descubram a rica diversidade cultural do nosso continente e os elementos comuns que partilhamos enquanto europeus. As Capitais Europeias da Cultura ilustram a vontade da UE de criar uma união que reúna as pessoas em torno de valores comuns, como a liberdade de expressão, o Estado de direito, a democracia e a paz. Espero que Évora possa colher a longo prazo todos os benefícios culturais, económicos e sociais que a Capital Europeia da Cultura pode trazer*».

Desde 1985, as [Capitais Europeias da Cultura](#) visam sublinhar o papel da cultura no desenvolvimento das cidades e, em 2027, a par de Évora, a [cidade letã de Liepāja](#) terá também este título.

10. COMISSÃO EUROPEIA

Reforço Mercado Capitais

A Comissão Europeia apresentou esta semana [medidas para continuar a desenvolver a União dos Mercados de Capitais \(UMC\) da UE](#), visando tornar os serviços de **compensação** da UE mais atrativos e resilientes, harmonizar determinadas regras em matéria de **insolvência** das empresas em toda a UE e reduzir os encargos administrativos para as empresas de todas as dimensões, através de

nova legislação sobre a cotação. Os instrumentos legislativos a alterar, relativos a cada um destes objetivos, encontram-se descritos [aqui](#).

A secção de [perguntas e respostas](#) complementa também esta informação.

Pacote Igualdade

A Comissão adotou também [duas propostas para reforçar os organismos de promoção da igualdade](#):

- **[Capacitar os organismos de promoção da igualdade](#):**

A Comissão propôs um conjunto de regras vinculativas para reforçar o papel e a independência dos organismos de promoção da igualdade, através de: **competências reforçadas** dos organismos de promoção de igualdade e sua **independência**, **recursos suficientes**, **acessibilidade** para todas as vítimas, **consulta sobre o processo legislativo e de elaboração de políticas**, reforço das **competências** em casos de discriminação, **sensibilização** e partilha de **conhecimentos especializados**.

- **[Proteção dos direitos das crianças no domínio da parentalidade](#):**

A Comissão adotou uma [proposta de regulamento que visa harmonizar, a nível da UE, as regras do direito internacional privado em matéria de parentalidade](#), centrada no interesse superior e nos direitos da criança. Atualmente, os Estados-Membros têm diferentes legislações nacionais em matéria de competência, lei aplicável e reconhecimento no domínio da parentalidade, o que pode causar obstáculos jurídicos às famílias que se encontram numa situação transfronteiriça. A proposta visa assim proteger os direitos fundamentais das crianças, proporcionar segurança jurídica às famílias e reduzir os custos e encargos jurídicos para as famílias e para os sistemas administrativos e judiciais dos Estados-Membros através: da **designação da jurisdição**, **determinação da legislação aplicável**, **regras para o reconhecimento da parentalidade** e criação de um **Certificado Europeu de Parentalidade**.

A secção de [perguntas e respostas](#) complementa esta informação.

Fiscalidade e Tributação

Foram ainda propostas pela Comissão Europeia [várias medidas para modernizar e tornar o sistema do imposto sobre o valor acrescentado \(IVA\) da UE mais eficaz para as empresas e mais resiliente à fraude, promovendo a digitalização](#). As principais ações propostas ajudarão os Estados-Membros a cobrar anualmente até 18 mil milhões de euros em receitas do IVA adicionais, ajudando simultaneamente as empresas, incluindo as PME, a crescer. Destacam-se destas ações: a **transição para a comunicação digital** de informações em tempo real com base na faturação eletrónica para as empresas com atividade transfronteiras na UE, as novas **regras atualizadas** em matéria de IVA para o transporte de passageiros e plataformas de alojamento de curta duração e a introdução de um **registo de IVA único** em toda a UE.

Em matéria de tributação, a Comissão propôs também [novas regras de transparência fiscal para todos os prestadores de serviços que facilitem transações de criptoativos para clientes residentes na União Europeia](#). Estas regras complementam o [Regulamento Mercados de Criptoativos \(MiCA\)](#) e as regras em matéria de luta contra o branqueamento de capitais. Uma vez que as autoridades fiscais não dispõem das informações necessárias para controlar as receitas obtidas através da utilização de criptoativos, que são facilmente transacionados além-fronteiras (o que limita seriamente a sua capacidade de garantir que os impostos são efetivamente pagos), a proposta da Comissão procurará **melhorar a capacidade dos Estados-Membros para detetar e combater a fraude, a evasão e a elisão fiscais**, exigindo que todos os prestadores de serviços de criptoativos, independentemente

da sua dimensão ou localização, declarem as transações realizadas pelos seus clientes residentes na UE. Trata-se de uma diretiva que visa igualmente **estabelecer um nível mínimo comum de sanções para casos de incumprimento graves**, como a ausência total de declaração, apesar dos avisos administrativos. A Comissão sugeriu ainda que as **obrigações de declaração das instituições financeiras fossem alargadas de modo a abranger o dinheiro eletrónico e as moedas digitais** e o âmbito da troca automática de informações aos acordos fiscais prévios transfronteiriços utilizados por pessoas com elevado património líquido.

Relatório anual sobre a Carta dos Direitos Fundamentais

A Comissão publicou esta semana o seu [relatório anual sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE](#), disponível [aqui](#), que analisa especificamente o que os Estados-Membros e a UE estão a fazer para apoiar organizações da sociedade civil e defensores dos direitos, tais como instituições nacionais de direitos humanos, organismos de igualdade e provedores de justiça. Em pormenor, o relatório analisa o papel das organizações da sociedade civil e dos defensores dos direitos, o modo como são protegidas, os seus meios de financiamento e como são incluídas na elaboração de políticas públicas.

Recorde-se que, em 2 de dezembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou uma [Estratégia para reforçar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais na UE](#), incluindo um compromisso de produzir relatórios anuais sobre a aplicação da Carta com base em temas específicos. O relatório do ano passado centrou-se nos desafios da proteção dos direitos fundamentais na era digital.

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Foi debatida nesta reunião a [situação orçamental global e as perspectivas na área do euro](#), assim como analisada a situação económica e orçamental dos Estados-Membros da área do euro, tendo presente os pareceres da Comissão sobre os projetos de planos orçamentais dos Estados-Membros e a comunicação da Comissão sobre a avaliação global dos projetos de [planos orçamentais](#) (declaração sobre o tema disponível [aqui](#)). Foram trocadas impressões sobre a [recomendação sobre a política económica na área do euro](#), debatidos os aspetos relativos à área do euro apresentados na Comunicação da Comissão sobre as orientações para a reforma do [quadro de governação económica da UE](#), os relatórios de supervisão pós-programa e adotado o [programa de trabalho do Eurogrupo](#).

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Transportes

O [Conselho](#) chegou a acordo sobre um [mandato de negociação \("orientação geral"\) para o projeto de regulamento relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes \(RTE-T\)](#) e aprovou [conclusões sobre o desenvolvimento em curso do transporte por vias navegáveis interiores](#) (programa NAIADES III).

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros debateram nesta [reunião](#) um pacote legislativo referente a um apoio financeiro à Ucrânia no valor de 18 mil milhões de euros e adotaram [um dos três atos legislativos](#) que visam proporcionar uma solução estrutural para apoiar financeiramente a Ucrânia em 2023: uma alteração ao regulamento

financeiro, que prevê o financiamento da assistência macrofinanceira no quadro da chamada estratégia de financiamento diversificada. A Comissão apresentou a sua comunicação sobre a [análise da governação económica](#), foi feito um balanço da aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e realizado um [debate de orientação sobre a revisão da Diretiva Tributação da Energia](#).

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Telecomunicações

O [Conselho](#) chegou a acordo quanto: a um [mandato de negociação \("orientação geral"\)](#) sobre a proposta de regulamento que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial – o chamado Regulamento Inteligência Artificial - e a um [mandato de negociação \("orientação geral"\)](#) sobre a proposta de regulamento relativo a um Quadro Europeu para a Identidade Digital (eID). Os ministros foram informados sobre [proposta de regulamento relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização](#), fizeram um balanço dos progressos realizados no que toca à [proposta de regulamento relativo aos requisitos horizontais de cibersegurança dos produtos com elementos digitais \(Regulamento Ciber-resiliência\)](#), bem como um debate de orientação sobre as competências digitais para a década digital.

Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores sobre Emprego e Política Social

Os [ministros debateram](#) a proposta da presidência para uma posição comum sobre o projeto legislativo da UE para melhorar as [condições de trabalho das pessoas que trabalham através de plataformas](#), facilitando a correta determinação do seu estatuto laboral. Chegaram também a [acordo sobre a posição a respeito da proposta destinada a reforçar a legislação da UE que protege os trabalhadores contra os riscos do amianto](#) e adotaram [recomendações sobre acolhimento na primeira infância e cuidados de longa duração](#).

Conselho de Justiça e Assuntos Internos

[Além das questões relativas ao Espaço Schengen](#), os ministros foram informados sobre o ponto de situação relativo aos dossiês de asilo e migração, com foco no [regulamento sobre a resposta a situações de instrumentalização no domínio da migração e do asilo](#) e na dimensão externa das migrações e situação ao longo das principais rotas migratórias. Foram também trocados pontos de vista sobre a situação dos refugiados ucranianos na UE, [adotada a decisão de não aceitação dos documentos de viagem russos emitidos na Ucrânia e na Geórgia](#) e [adotada a diretiva destinada a reforçar a resiliência das entidades críticas](#). No âmbito da [justiça](#), as discussões centraram-se no combate à impunidade na Ucrânia (conclusões [aqui](#)), confisco e recuperação de ativos, [crimes ambientais](#), [digitalização da justiça](#) e projeto diretiva SLAPP.

Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (Saúde)

Os ministros aprovaram [nesta reunião conclusões](#) sobre a vacinação como um dos instrumentos mais eficazes para prevenir as doenças e melhorar a saúde pública e atualizaram a sua [recomendação sobre o rastreio do cancro](#)

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana no Parlamento Europeu será dedicada à [sessão plenária em Estrasburgo](#), destacando-se:

- [Entrega do Prémio Sakharov 2022 ao povo ucraniano](#);
- [Definição das prioridades para o Conselho Europeu de dezembro](#);
- [Crise energética: impulsionar a utilização de energias renováveis](#);
- [Debate sobre a situação humanitária na Ucrânia](#);
- ["This is Europe" com o primeiro-ministro esloveno Robert Golob](#);
- [Revisão do Orçamento da UE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia **13 de dezembro**, destacando-se o *pacote sobre segurança - revisão da diretiva de combate ao tráfico e obrigação de comunicação de dados dos passageiros pelas transportadoras*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 12.12: [Reunião Ministros Negócios Estrangeiros da Parceria Oriental](#); [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho Negócios Estrangeiros](#)
- 13.12: [Conselho dos Assuntos Gerais](#); [Reunião extraordinária do Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#)
- 14.12: [Cimeira comemorativa UE-ASEAN](#)
- 15.12: [Conselho Europeu](#)

13. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de novembro [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Bruxelas | 9 de dezembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).